_ SEG_ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal) _ Pedro Zico (quinzenal)
_ TER_ Vinicius Pereira _ Pedro Doria _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dañiella (quinzenal) _ QUI_ Vinicius Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Cristóbalo _ DOM_ Vinicius Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

DORRIT HARAZIM

blogs.oglobo.globo.com/epiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

Fábula

A história circulou no rastro do Furacão Katrina, que em 2005 devastou Nova Orleans e deixou a cidade 80% submersa. Também foi lembrada em várias línguas durante a pandemia mundial de Covid-19 e seu agoniante corolário de mais de 7 milhões de mortos. Agora, diante da destruição pelas águas de todo um modo de viver gaúcho, ela volta à baila. Compreende-se: em tempos de dor coletiva, referências edificantes viram bálsamo — mesmo quando não são, necessariamente, verdadeiras. Conta-se que a cultuada antropóloga americana Margaret Mead, quando questionada sobre que marcador da evolução considerava ser a primeiríssima evidência de uma sociedade civilizada, citou um fêmur humano de 15 mil anos atrás, encontrado num sítio arqueológico. Nem ferramenta primitiva, nem artefato religioso, nem qualquer forma rudimentar de organização comunal, mas um fêmur — um fêmur fraturado que havia sarado.

Mead explicou que, no reino animal daquela Pré-História, quebrar uma perna equivalia a morrer de fome, sede ou como presa de outros animais, por não ter tido tempo de sarar. Um fêmur sarado significava que alguém havia decidido ajudar o ferido, transportara-o a lugar seguro e permitira que se recuperasse. A conclusão da mestra: a civilização começa quando alguém ajuda outra pessoa que precisa de ajuda.

Nem os biógrafos de Mead nem pesquisadores de sua obra — que inclui uma formidável palestra de 1968 sobre o tema "Quando uma cultura se torna civilização?" — encontraram referência precisa do diálogo entre a antropóloga e um aluno (Data? Local? Contexto? Nome do interlocutor?). Mesmo assim, a história passou a ser adotada como plausível e repetida como saber científico sempre que dele necessitamos, como agora. São tempos de transição, ou "liminalidade", termo do antropólogo que designa nossa ambiguidade e desorientação durante transformações e rupturas.

Há vezes em que cataclismos naturais ou criados pelo ser humano aceleram a História, revelando o caminho para o qual determinada sociedade já embicava sem saber. Outras vezes, a ocorrência de pragas, pandemias ou guerras altera de forma fundamental a própria trajetória de sociedades. Ainda é cedo para prever o que emergirá das ruínas e devastação humana em Gaza e prematuro imaginar que, da calamidade em curso no Rio Grande do Sul, brote um Brasil visionário, capaz de pensar, agir, prevenir, colaborar, pagar sua cota individual e coletiva de engajamento. Como já disse um sábio, a verdadeira generosidade com o futuro consiste em dar o melhor de si no presente.

Por enquanto, o momento gaúcho ainda é emergencial, de empatia coletiva e afoiteza geral para conseguir atravessar um dia a mais. A destruição no Sul tem sido comparada a um cenário de guerra, então convém apertar os cintos: os períodos do pós-guerra costumam ser lembrados pelos sobreviventes como mais difíceis e amargos que a própria guerra. Explica-se: antes de uma guerra estourar, vigora um sistema e existem regras, não importa se boas ou ruins. Cada um sabe onde mora, faz parte de uma sociedade, conhece os caminhos do sustento. Em tempos de guerra, o sistema colapsa, regras podem ser quebradas na busca de um abrigo ou alimento. O foco está em sobreviver. Quem não consegue, morre antes de poder contar sua história para a História.

Como já disse um sábio, a verdadeira generosidade com o futuro consiste em dar o melhor de si no presente

David Laderoute, coronel reformado do Exército canadense, descreve assim o que vem depois: "No pós-guerra, o sistema continua quebrado, moradias estão em ruínas, lavouras foram abandonadas, o comércio de alimentos sofre restrições. Mas as regras voltaram — deixou de ser possível e permitido fazer qualquer coisa para poder sobreviver". O inimigo passa a ser a ausência de instituições em pleno funcionamento, a precariedade na subsistência. Faltam alimento, saúde, escolas, a retomada da vida anterior se revela distante.

Durante a guerra predomina a esperança/certeza de que um dia ela haverá de terminar, ficando para o *day after* a possibilidade de encararmos os destroços que sobraram. Cansaço, impaciência, desilusão, raiva se infiltram no tecido social diante da dimensão da empreitada. Quase 30 anos depois do fim da guerra na Bósnia, o país ainda não conseguiu descontaminar seu solo de aproximadamente 80 mil minas terrestres. Serve como metáfora.

Assim sendo, melhor acreditar na fábula humanista atribuída a Margaret Mead: "A civilização começa quando uma pessoa ajuda outra que precisa de ajuda".

ARTIGO

O buraco sem fundo da Previdência

HORÁCIO LAFER PIVA, PEDRO PASSOS E PEDRO WONGTSCHOWSKI

O sistema brasileiro de seguridade social tem o objetivo de assegurar à população direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. Destas, a Constituição Federal estabelece que "a previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial" (artigo 201).

Esse equilíbrio referido é, portanto, imposição constitucional. A regra geral é que as empresas recolham para a seguridade social o correspondente a 20% das remunerações pagas, a qualquer título, a seus empregados e a pessoas físicas prestadoras de serviço. Ocorre que muitas instituições privadas não obedecem a esse mandamento, seguindo normas específicas que reduzem seu valor. São exemplos:

— Entidades beneficentes de assistência social, isentas de contribuição para a seguridade social, por força de disposição constitucional;

— Clubes de futebol, que recolhem, a título de contribuição patronal, o correspondente a 5% de sua receita bruta;

— Agroindústria, a título de contribuição patronal, recolhe o equivalente a 2,5% de sua receita bruta;

— Empregador rural pessoa física, que recolhe, a título de contribuição patronal, o correspondente a 2% de sua receita bruta;

— Nas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com "ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa", os valores despendidos não são considerados como remuneração para fins de cálculo da contribuição para a seguridade social.

Juntem-se os trabalhadores rurais que podem se aposentar mais cedo (mulheres aos 55 anos e homens aos 60) e não precisam contribuir para a Previdência, bastando ter um mínimo de 180 meses de atividade rural comprovada;

E há, por fim, a "desoneração da folha de pagamentos", mecanismo que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% da folha salarial por um percentual da receita bruta (entre 1% e 4,5%) para 17 setores, sendo evidente que o valor recolhido passa a ser menor para as empresas beneficiadas.

É preciso um ajuste das contribuições, para que estas sejam as necessárias para viabilizar atuarialmente o sistema

O Brasil está envelhecendo. A expectativa de vida ao nascer em 2022 era de 75,5 anos, número que (felizmente) vem crescendo ano a ano. Em 1950 era de 47, em 1970 foi de 57, e em 2000, 70. Para fins previdenciários, o mais importante é a expectativa aos 60 anos, e esta passou de 80,3 anos em 2000 para 83 anos em 2021. Isso tem óbvias consequências sobre a saúde do sistema previdenciário.

A aprovação, em 2009, da figura do microempreendedor individual (MEI), criada para formalizar trabalhadores autônomos, levou a que, em 2023, esse universo representasse 74,6% das empresas brasileiras. Atualmente as MEIs descontam contribuição previdenciária mensal de R$ 70,60 para ter direito a uma aposentadoria de um salário mínimo, o que evidentemente não se sustenta atuarialmente.

O déficit da Previdência para os trabalhadores do setor privado em 2023 foi de R$ 290 bilhões, com a contribuição rural representando cerca de 60% do total.

Enquanto isso, os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da Previdência, Carlos Lupi, afirmam que a Previdência Social não tem déficit...

Os contribuintes listados, microempresários, funcionários de entidades assistenciais, trabalhadores rurais, funcionários de clubes de futebol e tantos outros contribuem menos, mas recebem benefícios iguais aos dos que contribuem segundo as regras gerais. Essa conta não fecha, e o déficit da Previdência acabará por demandar partes crescentes do gigante, mas apertado, Orçamento público.

É preciso rever as regras num ajuste das contribuições, para que elas sejam as necessárias para viabilizar atuarialmente o sistema. Provavelmente a medida mais relevante será a desvinculação dos benefícios previdenciários da política de valorização do salário mínimo. Pode também ser este o momento de rediscutir se faz sentido continuar com o tratamento diferente para homens e mulheres.

E agora, ainda por cima, há a tentativa de desonerar a contribuição de 3.450 municípios onde os servidores se aposentarão pelo Regime Geral de Previdência Social, o que corresponde a 4,12 milhões de pessoas.

A matemática é clara e está à disposição para enfrentar argumentos e resistências dos que não querem ver um Brasil de futuro economicamente sustentável. Insistir no caminho atual é tirar o fundo do buraco onde as previsões das contas públicas já infelizmente se encontram.

Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski são empresários

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X: @bernardomf
bmf@oglobo.com.br

A desconstrução de Castro

Cláudio Castro passou a semana em Nova York, onde se vendeu como um gestor empenhado em "reconstruir" o Rio de Janeiro. Enquanto o governador palestrava, o Tribunal Regional Eleitoral iniciou o julgamento que pode desconstruir seu mandato.

Na sexta-feira, o desembargador Peterson Barroso Simão leu um voto arrasador. Disse ter certeza "plena e inequívoca" de que Castro montou um esquema criminoso para desviar dinheiro público e garantir a reeleição em 2022.

O relator votou pela cassação de Castro, do vice-governador Thiago Pampolha e do presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar. O julgamento foi interrompido por pedido de vista e deve ser retomado na próxima quinta.

O Ministério Público apontou Castro como o principal beneficiário do escândalo dos cargos secretos. Segundo as investigações, o Ceperj e a Uerj foram usados para contratar milhares de cabos eleitorais. Os dois órgãos foram turbinados com recursos obtidos na privatização da Cedae, um ano antes da eleição.

Nas palavras do desembargador Simão, tratou-se de um "plano perverso" para desequilibrar a disputa e favorecer o grupo político do governador. "Tudo ocorreu sorrateiramente, de forma obscura, com folhas de pagamento secretas, sem o mínimo da transparência pública", disse.

Segundo o relator, Castro e seus aliados "usaram e abusaram da máquina pública", torrando dinheiro em "projetos mirabolantes" com pagamentos na boca do caixa e sem comprovação dos serviços. "Os investigados conseguiram infringir todos os princípios do artigo 37 da Constituição: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência", resumiu.

Cláudio Castro passou a semana em NY. Enquanto palestrava, o TRE começou a julgar o processo que pode cassar seu mandato no Rio

O escândalo dos cargos secretos foi revelado pelo portal UOL. No julgamento, os juízes assistiram a uma reportagem da TV Globo sobre a farra de contratações em Campos, berço político de Bacellar. Uma única agência da cidade fez pagamentos de R$ 12 milhões em dinheiro vivo. A cunhada do presidente da Alerj, então secretário de Castro, sacou mais de R$ 22 mil.

O desembargador Simão elogiou o trabalho da imprensa, alvo de críticas constantes do governador. Disse que os chefes do esquema fizeram de tudo para ocultar informações de jornalistas e fiscais do Tribunal de Contas do Estado. "Atuaram com o propósito de não deixar rastros", sentenciou.

A defesa de Castro negou irregularidades e alegou que ele teve uma vitória "acachapante", com 2,6 milhões de votos de vantagem sobre o segundo colocado. Por isso, a trama não teria sido capaz de desequilibrar a eleição.

O argumento foi desconsiderado pelo relator do processo. "A gravidade dos fatos praticados durante o período eleitoral é de grande dimensão, sequer importando se a vitória tivesse ou não ocorrido", rebateu Simão.

Nas últimas semanas, o governador fez ataques à procuradora regional eleitoral, a quem acusou de perseguição política. O voto do relator mostra que o discurso era estratégia para desviar o foco das acusações.

No giro em Nova York, Castro apresentou um retrato imodesto de si mesmo e de sua gestão. "Nós vivemos no Rio de Janeiro, hoje, um tempo de orgulho", pontificou. Falava de um estado assolado por escândalos, que já teve cinco governadores presos e um cassado.

Até agora.